



Assembleia Municipal de Monchique

ACTA N.º 06 / **200** 6

SESSÃO ¹ ORDINÁRIA **REALIZADA**

NO DIA 29 **DE** Dezembro **DE 200** 6

¹ Extraordinária ou ordinária conforme os casos

Acta número 6/2006

Acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 29 de Dezembro de 2006.-----

Aos 29 dias do mês de Dezembro do ano de 2006, pelas 21h20, nesta vila de Monchique, no edifício dos Paços do Município e Salão Nobre da Câmara Municipal de Monchique reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Monchique em sessão aprezada para as 21h00 desse dia, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Dois: Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2007;-----

Três: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para o ano económico de 2007;-----

Quatro: Apreciação e votação da proposta da correspondente Câmara Municipal sobre a Carta Educativa do Concelho de Monchique;-----

Cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a revogação do n.º 7 do artigo 14º do “Regulamento de Obras Particulares” do Município de Monchique;-----

Seis: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a alteração da redacção do ponto I, da alínea a) do n.º1 do artigo 2º do “Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho em Feiras e Mercados” do Município de Monchique – alteração da data da Feira Anual de Monchique.-----

A Assembleia foi presidida pelo seu Presidente, Fernando Reis Luís e secretariada por Mário Manuel Papuchinha David, Primeiro Secretário da Mesa e por José Alves Francisco como Segundo Secretário, em substituição do titular, Henrique Jorge Vicente Maio, ausente desta sessão, após proposta do Presidente da Mesa que não mereceu contestação do plenário.---

Estiveram presentes o Presidente e o Vice-Presidente da Câmara Municipal de Monchique, respectivamente Carlos Alberto dos Santos Tuta e António Manuel Moreira da Silva Mira.-----

Assitiram à sessão os vereadores António José Santos e Rui Andrez, do PSD.-----

Pelas 21h20 o Primeiro Secretário da Mesa procedeu à verificação e registo das presenças e das faltas. Encontravam-se presentes, para além dos mencionados, os seguintes membros:-----

Do PS: José Manuel da Silva Furtado, Maria da Graça Moreira da Silva Mira, Carlos Bruno Correia de Almeida, António José Conceição Pedro Rodrigues Páscoa; António Silvestre da Silva Nunes, Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho, Joaquim António Duarte e Maria da Graça Cerro Batalim da Mota; **do PSD:** Fernando António Andrez Várzea, Rui Miguel da Silva André, António Manuel Rodrigues Venda, Francisco José Martins Freitas, Paulo Alexandre Duarte Rosa, Luís Filipe de Carvalho Grade e Paulo Jorge Martins Teodoro.-----

O Presidente da Mesa, verificando que havia quorum declarou aberta a sessão -----

Votação da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Monchique realizada no dia 29 de Setembro de 2006.-----

O Presidente da Mesa solicitou a dispensa da leitura da acta da sessão ordinária número 5/2006, realizada em 29 de Setembro de 2006 que fora atempadamente enviada aos senhores membros para apreciação, junto à convocatória para a presente sessão, tendo também questionado o plenário por eventuais objecções ou comentários ao conteúdo da mesma.-----

O membro Francisco Freitas objectou que no texto da acta em apreço constava que esta fora aprovada em minuta por unanimidade e contudo a sua pessoa tinha-se retirado antes da respectiva votação, pelo que não concordava com a designação 'por unanimidade' -----

Respondeu o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que o texto estava efectivamente correcto porquanto a aprovação a que o membro se referia fora por unanimidade dos presentes -----

Retorquiu o membro Francisco Freitas, do PSD, dizendo não concordar com a opinião expressa pelo Presidente da Assembleia Municipal e requerendo que fosse mencionado o facto de a sua pessoa não se encontrar presente aquando daquela votação -----

Respondeu o Presidente da Assembleia Municipal dizendo que as intervenções dos membros, bem como as suas, ficavam registadas em acta, e isso seria aquilo que ele tinha o direito de esperar relativamente à que acabara de proferir -----

Falou o membro António Venda, do PSD, dizendo que na acta em apreço

constava: “O membro António Venda disse ainda que a resposta do membro António Silvestre não o satisfizera cabalmente” sendo que a designação ‘cabalmente’ pressuporia que a resposta tê-lo-ia satisfeito ao menos parcialmente e isso não correspondia à verdade porquanto a satisfação que obtivera com essa resposta fora nula -----

Deste reparo fica feita a referência -----

Não houve mais qualquer objecção ao conteúdo da acta pelo que esta foi colocada à votação -----

Contabilizados os votos verificou-se que a acta daquela sessão do órgão deliberativo foi aprovada por maioria, com um voto contra do membro António Venda e a abstenção do membro Francisco Freitas.-----

Leitura do expediente: Nos termos do estatuído na alínea n) do nº 1 do artigo 46º-A da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, em conjugação com a alínea b) do nº2 do artigo 18º do Regimento da Assembleia Municipal de Monchique, o Presidente da Mesa deu conhecimento aos membros da correspondência dirigida, quer à Assembleia quer ao seu Presidente: Ofício da Agência do Arade, sem referência e sem data, registado com o nº 89, com o convite à participação em Mesa Redonda subordinada ao tema ‘Rio Arade’; ofício da Comissão Política do PSD Lagos sem referência e sem data, registado com o nº 90, com o convite a participar no ‘Forum Boas Vontades’; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 139, de 29 de Outubro de 2006, registado com o nº 95, com o envio do boletim ANMP nº 150, referente a Setembro de 2006; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 140, de 13 de Outubro de 2006, registado com o nº 96, com o convite à participação dos autarcas no programa Prós e Contras da RTP; carta de António Manuel Venda, sem referência, de 13 de Outubro de 2006, registada com o nº 97, com o envio de documentação referente a ajudas de custo como membro da Assembleia Municipal de Monchique; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 4263, de 18 de Outubro de 2006, registado com o nº 98, com o envio de proposta do executivo a ser presente à sessão da Assembleia Municipal; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 4268, de 18 de Outubro de 2006, registado com o nº 99, com o envio de cópia de actas das reuniões do órgão executivo; ofício da Assembleia Municipal de São Brás de Alportel, com a

referência 40 A, de 18 de Outubro de 2006, registado com o n.º 100, com o envio de cópia de ofício remetido à CCDRALgarve, relativo à linha de alta tensão Tunes/Estói; ofício da Junta de Freguesia de Marmeleite, com a referência 325, de 20 de Outubro de 2006, registado com o n.º 101, com a divulgação e convite para a Festa da Castanha; ofício da Federação de Sindicatos Europeus de Serviços Públicos, sem referência, de 25 de Outubro de 2006, registado com o n.º 102, prestando informações sobre a realização do seminário 'Serviços Públicos de Qualidade – Qualidade de Vida'; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 145, de 25 de Outubro de 2006, registado com o n.º 103, prestando informações sobre o 'Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos'; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 147, de 27 de Outubro de 2006, registado com o n.º 104, com o envio de projecto de parecer da ANMP relativo à Proposta de Lei do OE para 2007; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 151, de 8 de Novembro de 2006, registado com o n.º 105, com o envio do boletim ANMP n.º 151, referente a Outubro de 2006; ofício da Associação nacional de Municípios Portugueses, sem referência, de 15 de Novembro de 2006, registado com o n.º 106, com a divulgação de documentos relativos ao Ordenamento do Território; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 153, de 16 de Novembro de 2006, registado com o n.º 107, prestando informações sobre a realização do 'Congresso do Poder Local'; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 160, de 17 de Novembro de 2006, registado com o n.º 108, com o envio de resolução aprovada pelo Conselho Geral da ANMP; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 164, de 24 de Novembro de 2006, registado com o n.º 109, prestando informações sobre taxas devidas por concessionários de redes de gás; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 168, de 28 de Novembro de 2006, registado com o n.º 110, prestando informações sobre a situação das Finanças Locais em 2007; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 169, de 28 de Novembro de 2006, registado com o n.º 111, prestando informações sobre a inscrição de verbas nos orçamentos municipais; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 167, de 29 de Novembro de 2006, registado com o n.º 112, prestando informações

sobre comemorações dos 30 anos de Poder Local Democrático; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 170, de 6 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 113, com o envio do boletim ANMP n.º 152, referente a Novembro de 2006; ofício da Associação Nacional de Municípios Portugueses, com a referência 172, de 6 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 114, com o envio de agenda ANMP/2007; ofício da Assembleia de Freguesia de Marmeleite, com a referência 33, de 15 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 115, informando sobre a realização de sessão daquele órgão; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 5223, de 21 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 116, com o envio de proposta a ser presente à sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro 2006; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 5239, de 21 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 117, com o envio de informação do Presidente da Câmara a ser presente à sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro 2006; ofício da Câmara Municipal de Monchique, com a referência 5252, de 21 de Dezembro de 2006, registado com o n.º 118, com o envio de propostas a serem presentes à sessão da Assembleia Municipal de 29 de Dezembro 2006; carta de Francisco José Martins Freitas, sem referência, de 27 de Dezembro de 2006, registada com o n.º 119, esclarecendo o pedido de intervenção daquele membro da Assembleia Municipal feito na sessão de 29 de Setembro de 2006 e diversos cartões e postais de boas festas provenientes de entidades e de particulares----- **Justificação de faltas.** Foram presentes: carta de Henrique Jorge Vicente Maio, sem referência, com data de 4 de Dezembro de 2006, registada com o n.º 91, com justificação da falta à sessão de 29 de Dezembro de 2006; carta de Luís Filipe da Silva Bebiano, Presidente da Junta de Freguesia de Alferce, com a referência 350, de 21 de Dezembro de 2006, registada com o n.º 92, com justificação para a sua falta à presente sessão e delegando as suas competências em Nuno Miguel Branco Guerreiro, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 38º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 A/2002 de 11 de Janeiro; carta de Dina Paula Correia Baiona, sem referência, com data de 27 de Dezembro de 2006, registada com o n.º 93, com justificação da falta à sessão de 29 de Dezembro de 2006 e correspondente pedido de substituição pelo membro seguinte nas listas apresentadas pelo Partido Social Democrata à eleição da

Assembleia Municipal de Monchique; carta de Nuno Miguel Branco Guerreiro, com a referência 352, de 28 de Dezembro, registada com o n.º 94, com justificação para a sua falta à presente sessão e delegando as suas competências em Joaquim António Duarte, nos termos da alínea c) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 38º da lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5 A/2002 de 11 de Janeiro -----

A Mesa, nos termos das competências que lhe são cometidas pela alínea j) do n.º 1 do artigo 46º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, considerou justificadas aquelas faltas e tomou conhecimento das delegações de competências efectuadas -----

Não sendo atingido ainda o período limite para o registo de assiduidade, mas estando o plenário completo, é o seguinte o quadro de presenças à presente sessão -----

Presenças:-----

Força política	Nome
PS	Fernando Reis Luís
PSD	Fernando António Andrez Várzea
PS	José Manuel da Silva Furtado
PSD	Rui Miguel da Silva André
PS	Maria da Graça Moreira da Silva Mira
PSD	António Manuel Rodrigues Venda
PS	Carlos Bruno Correia de Almeida
PS	Mário Manuel Papuchinha David
PSD	Francisco José Martins Freitas (em substituição de Dina Paula Correia Baiona)
PS	António José da Conceição P.R. Páscoa
PSD	Paulo Alexandre Duarte Rosa
PS	António Silvestre da Silva Nunes
PSD	Luís Filipe de Carvalho Grade
PS	José Alves Francisco (em substituição de Henrique Jorge Vicente Maio)
PS	Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho
PS - Pres Junta de Freguesia de Alfeice	Joaquim António Duarte (em representação do Presidente)
PSD - Pres Junta de	Paulo Jorge Martins Teodoro

my

Freguesia de Marmelete	
PS - Pres. Junta de Freguesia de Monchique	Maria da Graça Cerro Batalim da Mota

Faltas:-----

Força política	Nome	documento justificativo
PS	Henrique Jorge Vicente Maio	Apresentou solicitando substituição
PSD	Dina Paula Correia Baiona	Apresentou solicitando substituição

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal reportou-se às intervenções do público dizendo ao plenário que, por forma a garantir que estas se enquadravam nos parâmetros para elas definidos, e como aliás preconiza o Regimento, era adequado passar a proceder-se à inscrição prévia dos interessados no início das sessões do órgão deliberativo, numa ficha onde conste o nome e a identificação do munícipe bem como um espaço para mencionar o tema a abordar. O Regimento todavia não é específico quanto à duração do período para efectuar essa inscrição e assim, sugeria que a partir da próxima sessão se passasse a proceder à inscrição prévia dos munícipes sendo esta possível desde que se verifica a existência de quorum até à entrada no Período da Ordem do Dia -----

Falou o membro Rui André, do PSD, dizendo pensar que assim estava a limitar-se a participação do público na assembleia municipal, sendo que achava correcto permitir as inscrições até à entrada do ponto em questão encerrando-se a partir daí -----

Respondeu o Presidente da Assembleia Municipal dizendo ao membro que nesse caso, seria necessária a alteração do Regimento. Ele apenas estava a dar uma satisfação ao plenário para justificar passar a cumprir o que estava efectivamente estipulado. Disse que a participação do público não podia ser entendida como a de um comentarista que produz opinião sobre os assuntos em debate e deveria ser entendida apenas como uma forma de os cidadãos poderem colocar questões ou problemas que por qualquer razão não puderam ser resolvidos em primeira instância, ou seja, junto do executivo -- Falou o membro José Manuel Furtado, do PS, dizendo concordar com a intervenção do Presidente da Assembleia Municipal, porquanto, se se enveredasse pela hipótese colocada pelo membro Rui André estava a tender-

se a conceder ao público os mesmos direitos que aos eleitos -----
Falou o membro António Venda dizendo que, se bem que tivesse preferido que as inscrições do público fossem permitidas até ao final, não discordava contudo da posição do Presidente da Assembleia Municipal, mas deixava um voto para que não fosse transposta do fim para o princípio das sessões a situação que ocorria vulgarmente de as intervenções serem constantemente interrompidas e de o Presidente da Câmara rir, não responder às pessoas ou sair da sala -----

Falou o membro Francisco Freitas dizendo que, conquanto não contestasse a posição do Presidente da Assembleia Municipal, alertava para a possibilidade de as sessões não se iniciarem sempre à hora marcada e dar-se o caso de um cidadão que estava presente às 21h15 ser atendido e outro nas mesmas circunstâncias poder não o ser.-----

o Presidente da Assembleia Municipal replicou que qualquer cidadão que pretenda realmente intervir na Assembleia, em princípio, estará presente ao início da sessão tal como os membros.-----

Falou o membro Carlos Almeida, do PS, dizendo concordar com o Presidente da Assembleia Municipal e acrescentando que as experiências vividas até agora na Assembleia Municipal, no que respeita a intervenções dos cidadãos, não tinham sido as mais correctas ou interessantes e assim urgia balizar os parâmetros destas para que os cidadãos soubessem distinguir o seu estatuto do estatuto dos eleitos -----

O membro António Venda retorquiu que considerava o conceito de intervenções interessantes subjectivo e assim questionava o que se entendia por isso -----

O membro Carlos Almeida respondeu ao membro António Venda dizendo-lhe que não era interessante tudo aquilo que não trazia nada de novo à Assembleia ou aos próprios cidadãos, como eram exemplo as intervenções ocorridas ultimamente no órgão deliberativo.-----

Falou o membro Rui André dizendo que poderia ponderar-se a hipótese de passar as intervenções do público para o início das sessões do órgão deliberativo, a exemplo do que sucedia em Portimão.-----

Falou o membro António Silvestre do PS, dizendo que a discussão que este tema estava a ser alvo só teria sentido se estivesse na Mesa alguma moção para alteração regimental No caso em presença era descabida uma vez que apenas se estava a reiterar o que o Regimento dizia -----

Falou o membro Paulo Rosa, do PSD, dizendo entender que o Regimento, no respeitante a esta situação, tem sido devidamente cumprido, uma vez que este apenas menciona que quem pretenda usar da palavra deverá antecipadamente fazer a sua inscrição, sendo a expressão 'antecipadamente' apenas indicativa da necessidade prévia de inscrição e não do seu posicionamento temporal relativamente ao decurso dos trabalhos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal replicou ao membro dizendo-lhe que entendia essa expressão 'antecipadamente' como indicativa da necessidade de a inscrição ser efectuada no início dos trabalhos.-----

Falou ainda o membro António Venda dizendo que esse era um entendimento do Presidente da Assembleia Municipal algo já diferente da posição que tomara no início. Disse ainda que as intervenções últimas na Assembleia Municipal não terão sido interessantes já que os intervenientes nem puderam falar.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro António Venda dizendo que era livre de ter esse entendimento.-----

Após estas intervenções deu-se entrada no **Período Antes da Ordem do Dia**.-----

Falou o membro Fernando Várzea, do PSD, reportando-se às obras da estrada Monchique/Portimão, começando por dizer que, para além da inegável rapidez com que se processaram, não trouxeram qualquer benefício ao concelho, tanto para moradores, como para turistas ou agentes económicos uma vez que agora o percurso levava mais tempo para se fazer e estava povoado de perigos e dificuldades para os utentes. Nesse sentido, e porque ainda se estava a tempo, sugeria que a Assembleia Municipal recomendasse ao executivo para este instar junto da "Estradas de Portugal" para que esta entidade resolvesse os problemas identificados por forma a minorá-los. Depois reportou-se à "Nova Lei das Finanças Locais" cuja aprovação pelo IC tinha sido conhecida no dia de hoje, tendo em conta que a Assembleia chegara a equacionar a hipótese de tomar uma posição sobre esta matéria já que a primeira versão era gravosa para o município e tendo em conta também que a ANMP e a maioria dos partidos da Assembleia da Republica tinham, mesmo agora, tomado posição antagónica à sua aprovação, para questionar se esta nova versão agora aprovada já não prejudicava tanto o concelho, para que o plenário fique a saber o que deveria ou poderia ter feito relativamente a ela, já que a Assembleia não foi

convocada para discutir essa questão, como chegou a ser enunciado. Depois falou de um artigo publicado no Jornal de Monchique, onde se lia que o Presidente da Câmara Municipal dissera que o município iria abandonar a GAMAL, para perguntar que significado tinha isso ou se já fora tomada alguma decisão, dado que só a Assembleia Municipal tinha poder para se pronunciar sobre a saída do município de membro daquela entidade.-----

Pedi a palavra o membro António Venda para questionar o executivo, ao que o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que as questões relativas à actividade municipal fossem colocadas no período da Ordem do Dia, sugestão que membro aceitou.-----

Usou da palavra o membro Rui André, tendo entregue uma recomendação escrita, que leu ao plenário e cujo documento passa a constituir o anexo n.º 27/2006 às actas. Depois agradeceu o convite endereçado pelo Presidente da Câmara para estar presente na festa de Natal do município à qual, contudo não lhe foi possível ir, tendo também endereçado os seus votos de boas festas aos funcionários e ao município. Relativamente ao cabaz de natal com que é costume a Câmara Municipal presentear os eleitos, recusava o seu por não concordar pessoalmente com a sua atribuição, dando a indicação que este fosse entregue a uma instituição idónea do concelho que o fizesse chegar aos que mais precisam, dando como exemplo a Misericórdia de Monchique. Sendo que o concelho de Monchique apresenta graves problemas de pobreza extrema, sugeria que nos próximos anos os autores desta proposta repensassem a situação de poder gerir o valor dos cabazes de Natal destinados à Assembleia Municipal para entregá-los a uma instituição ou a uma família carenciada. Questionava também porque razão a “Mons-Ciccus”, propriedade da Câmara não fora utilizada desta vez para a festa de Natal em favor de outro espaço. Depois reiterou as palavras do seu colega de bancada Fernando Várzea no que respeita à estrada de Monchique/Portimão e para finalizar a sua intervenção disse aos presentes que no próximo mês de Janeiro irá decorrer o rally Lisboa/Dakar, a prova de todo o terreno mais importante do mundo, a qual dará alguma visibilidade mediática a Monchique uma vez que parte do seu percurso decorre no concelho.-----

Falou o membro José Manuel Furtado para esclarecer que o artigo publicado no Jornal de Monchique, a que o membro Fernando Várzea aludira na sua intervenção, apenas dissera que o Presidente da Câmara batera com a porta

da AMAL, ou seja abandonou a reunião e não a entidade, mas salvaguardava também que a decisão de abandonar ou não aquele organismo estará dependente de decisão dos órgãos do município.-----

Terminadas estas intervenções deu-se entrada no **Período da Ordem do Dia** -----

Um: Apreciação de uma informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do município bem como da situação financeira do mesmo;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 28/2006 às actas o Presidente da Mesa perguntou ao Presidente da Câmara se pretendia complementar oralmente a informação escrita, o que este declinou -----

Assim o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para intervenções relativas a este ponto que os membros quisessem fazer -----

Falou o membro António Venda, tendo começado por referir-se à estrada Alferce/São Marcos da Serra, dizendo que esta se encontrava com o pavimento abatido em diversos sítios, questionando se estavam previstos os respectivos arranjos e quando. Para terminar referiu-se aos investimentos previstos para o município que o Presidente da Câmara abordara na sessão anterior para perguntar se havia algum desenvolvimento dessas situações tendo dito a este propósito que achara infeliz a declaração que aquele fizera de que estes investimentos teriam impacto a nível de empregos para pessoas de Monchique, portugueses e não de outros países, o que lhe dá um carácter xenófobo.-----

Falou o membro Luís Grade, do PSD, reportando-se a uma conversa que mantivera com a veterinária municipal em que esta lhe transmitira que a reunião havida entre a Autoridade para a Segurança Alimentar e Económica (ASAE) e a Câmara de Monchique não fora suficientemente esclarecedora, tendo questionado o Presidente da Câmara se havia alguma salvaguarda para a possibilidade de ocorrer alguma situação inesperada na próxima edição da Feira dos Enchidos tendo em conta que só havia três produtores de enchidos legalizados e um em vias de legalização e considerando que a fiscalização daquela entidade pudesse ser efectuada por equipas de fora da região, não conhecedoras da realidade específica deste certame e conseqüentemente pouco sensibilizadas para o facto de a maioria dos expositores não se encontrarem ainda licenciados.-----

Falou o membro Carlos Almeida reportando-se também às obras da estrada Monchique/Portimão dizendo reiterar as preocupações expressas na intervenção do membro Fernando Várzea e questionando o Presidente da Câmara por informações que este pudesse prestar relativas àquele assunto. -- Terminadas as intervenções relativas a este ponto o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este responder às questões colocadas -----

Falou o Presidente da Câmara começando por referir-se às questões da estrada Monchique/Portimão e dizendo que aquele projecto era da 'Estradas de Portugal', em cuja responsabilidade a Câmara Municipal não se imiscuia, a não ser pelo facto de ter acompanhado os trabalhos e de ter feito críticas aos mesmos. As sinalizações de limitação de velocidade e as suas localizações, que alegadamente faziam demorar o trajecto, eram-no por via do Código da Estrada e de critérios da 'Estradas de Portugal' e quanto a isso nada havia a fazer. O executivo municipal tinha tomado recentemente uma posição, unânime, relativa a pormenores do traçado, estacionamento e outros e preparava agora um ofício a dar conta disso ao Secretário de Estado das Obras Públicas porque os trabalhos ainda estavam longe de estarem terminados, havendo para já a previsão de retirar os aluimentos que se têm verificado logo no início de Janeiro. Relativamente à questão do membro Luís Grade relativa à fiscalização da ASAE respondeu que houvera uma reunião daquela entidade com os técnicos da Câmara, da qual ele tinha a indicação de não ter sido tão inconclusiva como alegado, e onde foram dadas indicações importantes relativas a pormenores de sanidade que têm de ser e vão ser melhorados. A vir alguém de surpresa fiscalizar não seria a primeira vez, porque numa das edições anteriores já tinham vindo técnicos das Finanças num dia em que ele, Presidente da Câmara, era suposto deslocar-se a Lisboa para a tomada de posse de Jorge Sampaio como PR e por acaso não o fez, e com isto queria dizer que não se espantaria com surpresas porque saberia a origem destas. Relativamente às questões da estrada Alferce/São Marcos da Serra disse que havia quatro pontos abatidos identificados, mas decorria no momento o período de recepção provisória e, para além do mais, esta, como aliás qualquer empreitada, dispunha da respectiva caução. Encerrou a sua intervenção dizendo que a alegação de xenofobia que o membro António Venda fizera, não lhe merecia comentários.-----

Terminadas as intervenções deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Dois: Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2007;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 29/2006 às actas o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu que os pontos 2 e 3 fossem discutidos em simultâneo, uma vez que se entendiam como interdependentes, e votados em separado, pelo que inquiriu os presentes se havia objecções àquela metodologia de trabalho. Da parte destes não houve objecções pelo que se deu também entrada ao ponto três do Ordem de Irabalhos.-----

Três: Apreciação e votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para ao ano económico de 2007.-----

O documento relativo a este ponto da Ordem de Irabalhos passa a constituir o anexo n.º 30/2005 às actas.-----

Seguidamente o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este complementar a informação relativa aos documentos em apreciação.-----

O Presidente da Câmara solicitou que o fosse o Vice Presidente a complementar a informação relativa a este ponto.-----

O Vice-Presidente da Câmara disse que o plano plurianual de investimentos era, como o nome indicava, a sequência dos anteriores, pressupondo a abertura, prossecução e encerramento de obras, em consonância com o programa eleitoral sufragado nas últimas eleições autárquicas. Depois colocou-se à disposição de plenário para esclarecer dúvidas que os pontos em apreço porventura suscitasse.-----

Falou o membro António Venda reportando-se ao Orçamento solicitando, relativamente à verba inscrita de 150 mil euros para a remodelação do Largo dos Chorões, informações sobre as datas previstas para a conclusão de tais obras; relativamente à verba inscrita de 50 mil euros para a aquisição do convento de Nossa Senhora do Desterro, qual a situação actual do imóvel; relativamente à verba de 50 mil euros inscrita para construção do Parque de Exposições de Feiras, se havia datas também e, relativamente à verba de 150 mil euros para o Plano Municipal de Intervenção na Floresta qual o tipo de intervenção preconizado.-----

Falou o membro Rui André tendo dito que, relativamente aos documentos

em apreciação merecia-lhe respeito quem se dava ao trabalho de lhes mudar as datas ano após ano porque no resto eram cópia dos anteriores. Mencionou o exemplo de Portimão, como uma autarquia do mesmo partido de Monchique, em cuja revista vinham referidos 320 milhões de euros para apenas quatro projectos, ou seja: os bons exemplos passavam ao lado de Monchique. Por isso considerava que o orçamento agora apresentado era uma brincadeira, algo que o Presidente da Câmara não levava a sério e lamentava que fosse mais do mesmo, sempre referindo as mesmas obras.---

Falou o membro Francisco Freitas, dizendo que em matéria florestal, no país, havia bons exemplos com bons resultados que poderiam ser adaptados a Monchique, se se incentivasse a participação das pessoas, referindo designadamente a pastorícia como uma das formas de ajudar a prever os fogos florestais pois os animais comem muitas ervas e arbustos que impedem o lavrar das chamas. Também a possibilidade de a autarquia fazer protocolos com instituições prisionais ou mesmo com associações de estudantes, para este objectivo, devia ser equacionada e nunca o fora tal como uma política de apoio à família e de incentivo à fixação que também era coisa que nunca vira. Terminou a sua intervenção reportando-se às obras do parque escolar, dizendo congratular-se com elas mas chamando a atenção para um ponto de luz que, da forma como se encontra colocado, causa encandeamentos aos condutores que transitam na estrada de Sabóia sendo a solução do problema a colocação de uma pala sobre o mesmo -----

Respondeu o Vice-Presidente da Câmara Municipal às questões colocadas pelos membros começando por dizer que a verba inscrita para o Largo dos Chorões tinha a ver com uma empreitada em curso e referia-se à iluminação pública. Relativamente ao Convento disse que a respectiva verba inscrita em Plano e em Orçamento referia-se à aquisição de uma parcela que não fora possível concretizar ainda, junto dos actuais proprietários. Depois falou do parque exposições e feiras dizendo que este tinha uma verba cabimentada para conclusão de projecto, isto é: não era para avançar ainda com obras. Relativamente ao Plano de Intervenção florestal explicou tratar-se de um plano inter-municipal, enquadrado com a legislação existente sobre a floresta e vinha sendo elaborado desde 2006 continuando a sê-lo no corrente ano -----

Falou o membro Carlos Almeida, para expressar a posição da bancada do seu partido relativamente aos documentos em apreciação. Disse assim que a

sua bancada iria aprová-los porque eles estavam adaptados às dificuldades económicas que o país atravessava. A Câmara, ciente dos sacrifícios que lhe eram pedidos adaptou os documentos àquilo que é exequível. Por outro lado os documentos cumpriam o programa eleitoral do PS e por isso seriam votados favoravelmente pela sua bancada.-----

Falou o membro António Venda dizendo que as respostas do Vice-Presidente da Câmara tinham sido elucidativas, contrariamente ao que sucedia quando o Presidente da Câmara falava. Lembrou que já fora recomendado a este que se fizesse representar sempre pelo seu substituto que as coisas correriam certamente melhor.-----

O Presidente da Câmara interveio dizendo ao membro António Venda que, contudo, fora reeleito por maioria absoluta.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez ponto de ordem dizendo que não permitia diálogo, a que o membro António Venda replicou que às vezes ficava a impressão de ser o Presidente da Câmara a dirigir os trabalhos do plenário.-----

O Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao membro que essa era uma opinião pessoal.-----

O Vice-Presidente da Câmara falou ainda, em complemento da sua informação anterior, dizendo que o parque de exposições e feiras era uma projecto para arrancar assim que possível, não sendo realista o seu início com a verba ora inscrita, pelo menos não em força total no ano vigente. Quanto ao plano florestal, tratando-se de um projecto intermunicipal, cada autarquia envolvida tem contudo a sua quota a cumprir, prevendo-se que se encontre concluído no fim do ano corrente.-----

Terminadas estas intervenções, não havendo mais ninguém inscrito para falar o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o ponto 2 da Ordem de Trabalhos.-----

Votação das Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2007.-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Votou a favor

Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José Pedro da Conceição Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor
José Alves Francisco	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Joaquim António Duarte	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor
Fernando António Andrez Várzea	Votou contra
Rui Miguel da Silva André	Votou contra
António Manuel Rodrigues Venda	Votou contra
Francisco José Martins Freitas	Votou contra
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou contra
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Absteve-se

Votos a favor: 11; votos contra: 6 abstenções: 1.-----

Foram assim aprovadas as Grandes Opções do Plano do Município de Monchique para o ano económico de 2007.-----

Não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto -----

Seguidamente colocou à votação o ponto três da Ordem de Trabalhos:-----

Votação da Proposta de Orçamento do Município de Monchique para ao ano económico de 2007.-----

Contabilizados os votos verificou-se que este ponto foi aprovado por maioria com o seguinte resultado:-----

Fernando Reis Luís	Votou a favor
José Manuel da Silva Furtado	Votou a favor
Maria da Graça Moreira da Silva Mira	Votou a favor
Carlos Bruno Correia de Almeida	Votou a favor
Mário Manuel Papuchinha David	Votou a favor
António José Pedro da Conceição Rodrigues Páscoa	Votou a favor
António Silvestre da Silva Nunes	Votou a favor

José Alves Francisco	Votou a favor
Arsénio Manuel Marques Veiga Medronho	Votou a favor
Joaquim António Duarte	Votou a favor
Maria da Graça Cerro Batalim da Mota	Votou a favor
Fernando António Andrez Várzea	Votou contra
Rui Miguel da Silva André	Votou contra
António Manuel Rodrigues Venda	Votou contra
Francisco José Martins Freitas	Votou contra
Paulo Alexandre Duarte Rosa	Votou contra
Luís Filipe de Carvalho Grade	Votou contra
Paulo Jorge Martins Teodoro	Absteve-se

Votos a favor: 11; votos contra: 6 abstenções: 1.....

Foi assim aprovada a Proposta de Orçamento do Município de Monchique para ao ano económico de 2007

Não havendo mais nada a tratar o Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrado este ponto.....

Seguidamente deu-se entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos

Quatro: Apreciação e votação da proposta da correspondente Câmara Municipal sobre a Carta Educativa do Concelho de Monchique;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento correspondente passa a constituir o anexo n.º 31/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal leu-o ao plenário após o que deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar a informação escrita, o que este declinou

Assim o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativas a este ponto.....

Falou o membro Rui André tendo questionado qual a composição da comissão que elaborara o documento.....

Falou o membro Paulo Teodoro, do PSD, Presidente da Junta de Freguesia de Marmeleite tendo começado por dizer lamentar não ter sido consultado para a elaboração do documento em apreço. Prosseguiu reportando-se ao protocolo com a escola secundária de Júlio Dantas em Lagos, relativo ao centro de reconhecimento de competências, mencionado no documento, para questionar se havia alguma informação disponível relativa à maneira como este iria ser feito e qual o local de frequência das aulas. Falou depois da

escola EB1 de Marmelete, perguntando se a Câmara Municipal poderia assegurar a sua manutenção durante mais alguns anos, já que o documento em apreço reconhece as boas condições existentes e ele não gostaria de ver o espaço ser reconvertido noutros serviços. Referiu que o número de 98 alunos do Jardim de Infância de Marmelete em 2004/2005 constante no documento era certamente uma gralha. Terminou solicitando que a Câmara, no seu relacionamento com as escolas, na medida do possível, tomasse em melhor consideração certos pedidos de apoio que por vezes eram encaminhados para a Junta de Freguesia de Marmelete e esta não tinha meios para resolver -----

Falou o membro Carlos Almeida, dizendo que se estava perante um documento importante pelo levantamento que representava da realidade do concelho na área educativa. Da sua leitura constatava-se a diminuição da população e esse dado era preocupante se a situação se mantivesse no ritmo actual e, a partir deste documento haveria bases para trabalhar no sentido de contrariar essa tendência e também para formar jovens da terra com qualidade que possa contribuir para o desenvolvimento não só local como nacional -----

Falou o Presidente da Câmara dizendo que o Conselho Municipal de Educação que, por unanimidade, aprovara este documento produzido pelos serviços do Executivo Municipal, era presidido pelo Vice Presidente da Câmara, vereador do pelouro da Educação, António Mira e estava composto de acordo com o preconizado na legislação. O documento em apreço mereceu um louvor da parte do Director-Regional de Educação -----

Falou o Vice-Presidente da Câmara dizendo que a composição do Conselho Municipal de Educação estava prevista pelo decreto-lei 7/2003, de 15 de Janeiro. Quanto ao documento em análise, que veio substituir a antiga carta de educação existente, este previa, genericamente: a reconversão da escola n.º 2 de São Roque naquilo para que ela fora efectivamente construída, isto é ensino básico do 1.º ciclo, uma vez que tem albergado também o ensino pré-primário que assim irá deslocar-se para o seu edifício assim que concluído; o encerramento da escola da Nave; reparação do edifício da escola de Marmelete por forma a dotá-la de biblioteca e se possível de uma sala de informática; o encerramento do ensino pré-escolar itinerante que, de acordo com o Conselho Municipal de Educação, não se justifica, já que serve 9 ou 10 alunos que poderão ser integrados nas escolas existentes no

próximo ano lectivo O número de 98 alunos que constava no documento era efectivamente uma gralha já detectada e corrigida Para a escola de Marmeleite, estavam previstas obras e não o seu encerramento. Mesmo para as escolas já encerradas e a encerrar, Alferce, Casais e Nave, previa-se a sua reconversão em centros educativos comunitários. Relativamente ao protocolo para certificação de competências com a escola Júlio Dantas este ainda não estava feito, porque ainda faltava definir parâmetros com a própria escola e com a Direcção Regional de Educação.-----

O membro Rui André solicitou que a Mesa lhe fornecesse a legislação aludida pelo Vice Presidente da Câmara Municipal.-----

Terminadas as intervenções relativas a este ponto, procedeu-se à sua votação.-----

Votação da proposta da correspondente Câmara Municipal sobre a Carta Educativa do Concelho de Monchique.-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação por unanimidade.-----

Deu-se assim por encerrado este ponto e entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Cinco: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a revogação do n.º 7 do artigo 14º do “Regulamento de Obras Particulares” do Município de Monchique;-----

Após a introdução deste ponto cujo documento passa a constituir o anexo n.º 32/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal leu o seu teor ao plenário após o que deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, se pretendesse, complementar oralmente a informação escrita.-----

O Presidente da Câmara disse então que esta alteração fora proposta primeiramente pelo vereador permanente Carlos Henrique Alves, aceite pelo Executivo e aprovada por unanimidade na reunião de Câmara. Representava uma alteração de conceitos e de circunstâncias relativamente às construções em madeira ocorrida entre o ano de publicação do regulamento e actualmente.-----

Acabada esta explicação o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Plenário para os membros intervirem.-----

Falou o membro Rui André, tendo dito que apesar de nunca ter achado qualquer justificação para a proibição de construção de casas em madeira, perguntava ao Presidente da Câmara, se o número de pedidos deste tipo de construção tinha aumentado para justificar esta alteração ou se esta apenas

se deve a uma necessidade -----

Falou o membro Carlos Almeida dizendo que esta limitação já não se justificava nos dias de hoje uma vez que as construções em madeira tinham evoluído consideravelmente nos anos recentes, encontravam-se hoje já devidamente homologadas e uma região onde o seu enquadramento seria mais harmonioso que noutros sítios era certamente a serra de Monchique ---

Falou o Presidente da Câmara dizendo que no município não havia quaisquer pedidos para construções em madeira, pela simples razão de o regulamento não o permitir, conquanto tivessem sido manifestadas algumas intenções nesse sentido que também motivam agora o repensar do assunto.

Na altura em que o regulamento foi feito prevalecia a ideia que o que se construía em madeira eram barracões e arrecadações de forma algo desordenada, de estética e enquadramento duvidosos, anexos às moradias e não propriamente as moradias em si, e terá sido parte do que se tentou evitar na altura. Com a supressão deste artigo passará a ser possível construir em madeira, cumprindo as mesmas regras e legislação a que estão sujeitas todas as edificações -----

Terminadas as intervenções relativas a este ponto foi o mesmo colocado à votação.-----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a revogação do n.º 7 do artigo 14º do “Regulamento de Obras Particulares” do Município de Monchique.-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação por unanimidade.-----

Deu-se assim por encerrado este ponto e entrada ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.-----

Seis: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a alteração da redacção do ponto I, da alínea a) do n.º1 do artigo 2º do “Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho em Feiras e Mercados” do Município de Monchique – alteração da data da Feira Anual de Monchique.-----

Após a introdução deste ponto, cujo documento correspondente passa a constituir o anexo n.º 33/2006 às actas, o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Presidente da Câmara para este, querendo, complementar a informação escrita -----

Falou o Presidente da Câmara dizendo que a ideia da proposta em apreciação partira dos vereadores do PSD, António Santos e Rui Andrez,

após o que foi aceite e discutida em conjunto por todos os membros, tendo-se ponderado as datas de feiras de outros concelhos como o de Silves e o de Castro Verde e a eventualidade de o mês de Outubro poder ter cinco fins-de-semana, tendo-se chegado a um consenso sobre o quarto fim de semana de Outubro como data ideal para a realização da feira -----

Após esta explicação o Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Plenário para intervenções que os membros quisessem fazer relativamente a este ponto.-----

Da parte destes não houve qualquer intenção de intervir neste ponto -----

Posto isto colocou-se este ponto à votação -----

Votação da proposta da Câmara Municipal de Monchique para a alteração da redacção do ponto I, da alínea a) do n.º1 do artigo 2º do “Regulamento da Actividade de Comércio a Retalho em Feiras e Mercados” do Município de Monchique – alteração da data da Feira Anual de Monchique.-----

Contabilizados os votos verificou-se a sua aprovação por unanimidade.-----

Deu-se assim por encerrado este ponto.-----

Não havendo mais nada a tratar e tratando-se de uma sessão ordinária foi dada a palavra ao público presente na sala mas não houve qualquer manifestação de intervenção da parte deste.-----

O Presidente da Assembleia Municipal fez ainda uma menção à boa qualidade do trabalho relacionado com a Assembleia, em termos de assistência administrativa e redacção das actas, devida ao empenho dos funcionários que lhe estão adstritos, Arnaldo Sousa e Carlos Martins. Depois, aludindo à época festiva presente, endereçou os votos de Feliz Ano Novo aos membros do Plenário, tendo agradecido a colaboração que todos os que participam nas suas sessões têm dado à sua pessoa enquanto presidente.-----

Não havendo mais assuntos para tratar o Presidente da Assembleia Municipal sugeriu aos membros que, se não vissem inconveniente, aprovassem em minuta a presente acta.-----

Da parte do Plenário não houve qualquer objecção àquele pedido pelo que esta acta fica aprovada em minuta, por unanimidade.-----

Assim deu-se por encerrada a sessão da Assembleia Municipal pelas 23h12 do dia 29 de Dezembro de 2006, da qual se lavrou esta acta que depois de

lida, discutida e aprovada será assinada pela Mesa e por um representante de cada força política com assento nesta Assembleia -----

Severino Restan
Rui
Hugo
João